

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	20.942.299	13.338.854
Caixa e equivalentes de caixa (4)	14.617.143	9.776.533
Contas a receber de clientes (5)	5.527.312	3.041.245
Estoques	48.018	18.362
Impostos e Contribuições a Recuperar (6)	630.859	405.356
Empréstimos e Adiantamentos (7)	118.968	97.359
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.970.593.826	23.206.595
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.889.160	6.358.256
Contas a receber de clientes (5)	32.008	32.008
Depósitos Judiciais (8)	3.857.152	4.043.536
Outros Créditos	-	2.282.712
IMOBILIZADO	7.230.762	3.095.548
Bens e Direitos em Uso (9)	11.101.776	6.895.985
(-)Depreciações e Amortizações Acumuladas (9)	(3.871.014)	(3.800.437)
INTANGÍVEL	1.959.473.904	13.752.791
Bens Incorpóreos e Intangíveis (10)	138.481	138.481
(-) Amortização Acumuladas (10)	(138.481)	(138.481)
Intangível de Concessão (11)	2.119.476.796	167.569.642
(-) Amortizações Acumuladas Intangível de Concessão (11)	(160.002.892)	(153.816.850)
TOTAL DO ATIVO	<u>1.991.536.126</u>	<u>36.545.450</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recife, 31 de dezembro de 2025



PORTO DO RECIFE S/A

C.N.P.J. 04.417.870/0001-11 Nire: 263000119999

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



	2025	2024
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	7.320.664	6.998.143
Fornecedores (12)	1.064.556	918.199
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (13)	3.751.259	2.782.972
Obrigações Fiscais a Recolher (14)	1.260.522	890.475
Outras Obrigações e contas a pagar (19)	1.244.327	2.406.497
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.976.651.842	10.793.774
Fornecedores (12)	4.347.453	4.347.453
Débitos Fiscais / Previdenciários (16)	19.025.453	4.983.841
Provisão para Contingências (17)	945.688	327.431
Outras Contas a Pagar (19)	426.093	114.615
Outras Obrigações (15)	1.951.907.154	1.020.434
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.563.620	18.753.532
Capital Social (20.1)	217.082.946	217.082.946
Reservas de Capital (20.2)	-	-
Reservas de Lucros (20.3)	35.345.671	35.345.671
Prejuízos Acumulados (20.4)	(244.864.997)	(233.675.085)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.991.536.126	36.545.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recife, 31 de dezembro de 2025



PORTO do RECIFE S.A.

PORTO DO RECIFE S/A

C.N.P.J. 04.417.870/0001-11 Nire: 263000119999



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (23)	49.980.490	42.859.984
(-) Custo dos Serviços Prestados (24)	(15.509.739)	(20.716.620)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	34.470.751	22.143.364
DESPESAS OPERACIONAIS	(28.920.256)	(14.314.393)
Despesas Gerais e Administrativas (25)	(41.138.240)	(27.658.706)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas (26)	12.217.984	13.344.312
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	5.550.495	7.828.970
Resultado Financeiro (27)	(354.812)	(1.568.017)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.195.683	6.260.953
Resultado Não Operacional (28)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.195.683	6.260.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recife, 31 de dezembro de 2025



PORTO DO RECIFE S/A
C.N.P.J. 04.417.870/0001-11 Nire: 263000119999

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.195.683	6.260.953
(+/-) RESULTADOS ABRANGENTES	(16.385.596)	(1.595.518)
Outros Resultados Abrangentes	(16.385.596)	(1.595.518)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(11.189.912)	4.665.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recife, 31 de dezembro de 2025



PORTO DO RECIFE S/A
C.N.P.J. 04.417.870/0001-11 Nire: 263000119999

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	205.862.946	11.220.000	35.345.671	(249.522.904)	2.905.713
Retificações de Erros de Exercícios Anteriores	-	-	-	(1.595.518)	(1.595.518)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	6.260.953	6.260.953
Aumento de Capital	11.220.000	-	-	-	11.220.000
Adiantamento par Futuro Aumento de Capital	-	(11.220.000)	-	-	(11.220.000)
Utilização Prejuízo Fiscal	-	-	-	11.182.384	11.182.384
Saldos em 31 de dezembro de 2024	217.082.946	-	35.345.671	(244.857.469)	18.753.532
Retificações de Erros de Exercícios Anteriores	-	-	-	(16.385.596)	(16.385.596)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	5.195.683	5.195.683
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Adiantamento par Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Utilização Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	217.082.946	-	35.345.671	(256.047.381)	7.563.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recife, 31 de dezembro de 2025



PORTO do RECIFE S.A.

PORTO DO RECIFE S/A

C.N.P.J. 04.417.870/0001-11 Nire: 263000119999

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>5.195.683</u>	<u>6.260.953</u>
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido:		
Provisão/Reversão Contingências	(11.832.635)	(8.895.886)
Depreciações e Amortização	6.256.619	12.753.487
Baixa de Contas a Receber	-	711.195
Baixa de Contas a Pagar	-	(4.384.686)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	<u>(380.333)</u>	<u>6.445.062</u>
Variação de ativos e passivos operacionais		
Clientes Aumento/Diminuição	(2.486.067)	1.019.438
Estoque Aumento/Diminuição	(29.656)	23.502
Impostos e Contribuições a Recuperar Aumento/Diminuição	(225.503)	(1.360.317)
Empréstimos e Adiantamentos Aumento/Diminuição	(21.609)	24.969
Demais Valores a Receber Aumento/Diminuição	186.384	444.591
Fornecedores Diminuição/Aumento	146.357	(1.124.902)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciário Diminuição/Aumento	11.175.302	2.688.508
Obrigações Tributárias Diminuição/Aumento	370.047	(5.110.267)
Demais Obrigações Diminuição/Aumento	311.478	1.090.368
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>9.046.401</u>	<u>4.140.951</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Ativo Imobilizado (-)	(4.205.791)	(297.381)
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(4.205.791)</u>	<u>(297.381)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Reservas de Capital	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	<u>4.840.610</u>	<u>3.843.571</u>
Caixa no início do ano	<u>9.776.533</u>	<u>5.932.962</u>
Caixa no final do ano	<u>14.617.143</u>	<u>9.776.533</u>
Variação	<u>4.840.610</u>	<u>3.843.571</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recife, 31 de dezembro de 2025

Notas Explicativas Referente às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

1. Contexto Operacional

1.1. Denominação, Natureza, Sede e Duração

A Porto do Recife S/A. é uma sociedade de economia mista, de natureza jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, instituída pela Lei Estadual nº 11.735, de 30 de dezembro de 1999. A empresa está situada na Praça Comunidade Luso Brasileira, nº 70, Bairro do Recife, Recife/PE.

Em harmonia com os Planos e Programas do Governo Federal para o Setor Portuário, tem por objeto social realizar e executar atividades relacionadas ao de autoridade portuária, nos moldes da Lei 12.815, de 05 de junho de 2013 (Conversão da Medida Provisória nº 595) que revogou a Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 e Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, e dos Decretos nº 2.184, 24 de março de 1997, e 2.447, de 06 de junho de 1997.

A Porto do Recife atua na prestação de serviços para atendimento de navios de longo curso e cabotagem para importação e exportação de cargas nacionais e estrangeiras. O Porto também tem estrutura para receber navios de cruzeiro e possui um Terminal Marítimo de Passageiros.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board — IASB (conhecidos como International Financial Reporting Standards — IFRS), aplicado às Pequenas e Médias Empresas, que no Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, corresponde à Resolução 1.255/09 NBC TG 1.000 (CPC PME).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Porto do Recife S/A. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Porto do Recife S/A, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para a emissão pela administração da empresa em 24 de março de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.



PORTO do RECIFE S.A.



2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3. Políticas Contábeis

As políticas contábeis representam os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas por uma entidade quando da preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras.

3.1 Caixa e Equivalente a Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa/bancos e aplicação de liquidez imediata com vencimento original de doze meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos de caixa, banco e aplicação financeira, representados pelo custo acrescidos dos rendimentos vinculados às aplicações. As aplicações financeiras são classificadas no curto prazo e registradas pelo seu valor justo. A receita gerada pelos rendimentos das aplicações é reconhecida como receita financeira.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos valores a receber são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. As perdas são constituídas após a instauração de um processo de cobrança, findo o qual a administração julga os valores como incobráveis. Após a aprovação pelo Conselho Administrativo/Fiscal, baixa-se essa perda contra a conta clientes, extinguindo-se o direito.

O valor estimado da constituição desta perda pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.



PORTO do RECIFE S.A.



3.3 Impostos e contribuições a recuperar

Ha diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos credores nas apurações de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Apresentam também impostos e contribuições antecipadas para futuras compensações.

Tais créditos são registrados pelo custo histórico e são atualizados pela SELIC.

3.4 Empréstimos e adiantamentos

Os empréstimos e adiantamentos correspondem aos valores referentes a adiantamentos para funcionários e a fornecedores.

3.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado estão mensurados pelo seu valor de custo deduzido da depreciação do imobilizado

Depreciação

A empresa optou por não utilizar valor residual para os seus imobilizados, de forma que ao final de sua vida útil, o valor contábil líquido dos bens registrados é zero. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas previstas na legislação fiscal em vigor, apropriada no resultado do exercício com base nas taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 9.

Levantamento Patrimonial

No exercício de 2022 a Porto do Recife S/A contratou uma empresa especializada para realizar levantamento contábil, inventário (físico patrimonial), avaliação de bens imóveis e móveis da Porto do Recife S/A e bens da União (que estão sobre a guarda da Porto do Recife S/A), compreendendo também a realização do teste de recuperabilidade (impairment test), reavaliação de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, incluindo vida útil residual, conciliação contábil e assessoria para tratamento dos ajustes contábeis necessários, como também a baixa das sobras e bens inservíveis , perante a ANTAQ.

O trabalho realizado no exercício de 2023, não foi implementado devido as divergências nas informações apresentadas pela empresa contratada, quando analisadas pelo setor de Patrimônio, Contabilidade e Engenharia, desta forma, não foi possível realizar a contabilização dos valores levantados pela empresa, existindo a necessidade de uma revisão.

Em 2025 foi realizada a revisão dos bens e emitido um inventario com os Bens Imóveis pertencente a União, bens estes que foram contabilizados em 2025.

O processo de revisão dos bens móveis ainda estava em andamento até o encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2025, ficando para o exercício de 2026 a finalização do levantamento com suas devidas contabilizações.



PORTO do RECIFE S.A.



3.6 Ativos Intangíveis

Os intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros de um intangível já reconhecido. Os demais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.7 Ativos da Concessão

Em junho de 2001, foi assinado um Convênio de Delegação (Convênio n°02/2001) entre a União Federativa do Brasil (representada pelo Ministério dos Transportes, com a interveniência da Companhia Docas do Rio Grande do Norte — CODERN) e o Governo do Estado de Pernambuco, com a interveniência da Sociedade de Economia Mista Porto do Recife S/A). O referido convênio teve por objetivo a administração e exploração do Porto Organizado de Recife, nos termos da Lei n°9.277 de 06 de junho de 1977.

Este ato caracteriza o surgimento de um contrato de concessão entre a União Federativa do Brasil (poder concedente) e o Porto do Recife S/A (concessionário). Uma característica desse tipo de contrato de prestação de serviços é sua natureza de serviço público, que fica sob a responsabilidade do concessionário. Outras características comuns a estes contratos são: (a) a parte que concede o contrato de prestação de serviços (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para a qual foi delegado o serviço; (b) o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente; (c) o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência desse contrato de prestação de serviços, ou determina a forma de cálculo para definição do preço; (d) o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao concedente ao final do contrato em determinadas condições previamente especificadas, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

Nestes tipos de contratos, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 — Contratos de Construção e CPC 47 — Receitas de Contrato com Cliente.

Amortização dos Ativos de Concessão

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Entidade tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.



PORTO do RECIFE S.A.



3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da contratação de serviços e compra de outros materiais. Estes passivos são reconhecidos pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver cobrança de juros sobre os mesmos.

As contas de fornecedores exigíveis após os 12 meses subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

Também são classificadas no não circulante, as obrigações junto a fornecedores, as quais não se tem previsão para quitação da dívida.

3.9 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

As contas de obrigações trabalhistas e previdenciárias englobam salários e ordenados e seus encargos, bem como as retenções na fonte relativas à prestadores de serviço (Pessoa Física), as provisões de férias e seus respectivos encargos.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e estão apresentados pelo seu valor histórico, com correção dos débitos previdenciários.

3.10 Obrigações fiscais a recolher

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.11 Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



PORTO do RECIFE S.A.



3.12 Capital Social

O Capital Social da Porto do Recife S/A é composto por 1/3 (um terço) de ações ordinárias e 2/3 (dois terços) de ações preferenciais.

3.13 Reserva de capital

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

3.14 Reserva de lucros

As Reservas de Lucros são constituídas por valores recebidos da União e que transitam pelo Resultado como receitas. Esses se referem a subvenções para investimentos.

3.15 Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a *receber*.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Fixo	-	-
Bancos - contas movimento	2.317.585	3.325.584
Bancos - aplicações de liquidez imediata	12.299.558	6.450.949
Valores em trânsito	-	-
Total	14.617.143	9.776.533

As disponibilidades apresentadas nas instituições financeiras correspondem aos recebimentos das operações de venda de serviço de armazenagem, aluguéis, arrendamento e tarifas portuárias e demais serviços dentro e fora da área do porto organizado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata da empresa constituem, em sua totalidade, de renda fixa, e possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, podendo ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da empresa.

Os valores aplicados são oriundos das receitas de recursos próprios da atividade portuária.



PORTO do RECIFE S.A.



5. Contas a Receber de Clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber	6.083.886	3.597.819
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(524.566)	(524.566)
Total	5.559.320	3.073.253
Circulante	5.527.312	3.041.245
Não Circulante	32.008	32.008

Conforme disposto no Art. 183 da Lei 6.404/76, os valores a receber de longo prazo, quando acordado comercialmente em parcelas superiores a 12 meses, são ajustados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

São classificados também para o longo prazo os valores a receber, vencidos, que não tem previsão de recebimento, estes valores estão apresentados por seus valores históricos, sem atualização financeira.

A exposição máxima ao risco de crédito da empresa é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como sendo a estimativa de perdas para devedores duvidosos, e que advém da possibilidade da empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas.

A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Movimentação

Saldo em 31/12/2024	(524.566)
Créditos recuperados no exercício	-
Baixa de Provisão	-
Saldo 31/12/2025	(524.566)

Para o exercício de 2025, não foi apresentada movimentação referente a baixa ou constituição de previsão para risco de eventual perda dos valores a receber, uma vez que os valores vem sendo negociados e acompanhados pelo setor jurídico e de cobrança da empresa.



PORTO do RECIFE S.A.



6. Impostos e Contribuições a Recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Corrente		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	468.173	242.670
INSS a Recuperar	54.352	54.352
Outros Impostos	108.334	108.334
Total	630.859	405.356

Os impostos a recuperar são compostos de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e saldos a recuperar de exercícios anteriores.

As contribuições previdenciárias são oriundas de recolhimentos de INSS retido sobre nota fiscal de fornecedores, que após o pagamento foi cancelada e substituída, será realizado pedido de compensação ou restituição.

Os impostos a compensar apresentaram variação de redução, devido a utilização dos créditos fiscais no exercício de 2025.

Não houve registro de crédito proveniente do diferimento de tributos federais (IRPJ/CSLL) em função da administração não possuir certeza a respeito dos resultados a serem apurados nos próximos exercícios sociais.

7. Empréstimos e Adiantamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Funcionários	107.589	71.678
Adiantamento a Fornecedores	11.379	25.681
Total	118.968	97.359

Adiantamento a Funcionários: saldo refere-se a adiantamento de férias, valores pagos e não descontados do Portus empregados a ser regularizado pelo setor de recursos humanos da empresa.

Adiantamento a Fornecedores: crédito junto a empresa CEPE, foi verificado pagamentos realizados a maior em acordo, outros valores pagos a maior que foram regularizados no início do exercício subsequente.

8. Depósitos Judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões de Natureza Trabalhista	232.126	471.030
Provisões de Natureza Cível	3.625.026	3.572.506
Saldo em 31/12/2025	3.857.152	4.043.536
Circulante	3.857.152	4.043.536
Não Circulante		



PORTO do RECIFE S.A.



Os depósitos judiciais são valores depositados por ordem judicial para garantir ações trabalhistas, fiscais ou cíveis e depósitos recursais realizados para realização de recorrer de decisões judiciais.

Os principais créditos apresentados neste grupo são depósitos judiciais do processo negociado com a PORTUS – Instituto de Seguridade Social, no qual o depósito não era parte do acordo e deve ser devolvido R\$ 2.338.608,38 e depósito do processo referente multa recebida da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que vem sendo requerido no processo a conversão em benfeitorias R\$ 1.180.255,90.

9. Imobilizado

Movimentação dos Saldos	Vida útil média estimada	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Veículos	5 anos	20%	122.244	(72.488)	49.756	44.156
Móveis e utensílios	10 anos	10%	2.024.764	(1.921.448)	103.316	80.346
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%	4.121.236	(1.591.639)	2.529.597	1.707.342
Computadores e Periféricos	5 anos	20%	298.596	(285.439)	13.157	9.844
Ferramentas	6 anos	15%	30.352	-	30.352	-
Outros Bens em Andamento			4.504.584	-	4.504.584	1.253.860
Saldo em 31/12/2025			11.101.776	(3.871.014)	7.230.762	3.095.548

Movimentação dos Saldos	Veículos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Outros Bens em Andamento	Total
Saldo em 31/12/2024	44.156	80.346	1.707.342	9.844	-	1.253.860	3.095.548
Adições (+)	5.600	22.969	870.818	25.328	30.352	3.250.724	4.205.791
Baixas (-)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação (-)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (+/-)	-	-	(48.563)	(22.015)	-	-	(70.578)
Saldo em 31/12/2025	49.756	103.316	2.529.597	13.157	30.352	4.504.584	7.230.762

Em 01 de Janeiro de 2015, os ativos imobilizados relacionados às operações da Porto do Recife S/A (Defensas, Instalações, Pavimentações e Imobilizado em Andamento) foram convertidos em Ativos Intangíveis de Concessão, haja vista que tais ativos foram construídos mediante Contrato de Concessão celebrado entre a União Federativa do Brasil (poder concedente) e a Porto do Recife S/A (concessionário).

Teste de Recuperabilidade/Impairment e Revisão de Vida Útil

Conforme mencionado na Nota 3.5, o trabalho do levantamento patrimonial ainda vem sendo revisado para conclusão. No entanto, a empresa que fez o levantamento Patrimonial, realizou a



PORTO do RECIFE S.A.



teste de Recuperabilidade/Impairment e revisão de vida útil, apontando que não existe a necessidade de ajuste.

10. Intangível

Descrição	Taxas médias anuais de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Software	12%	138.481	(138.481)	-	-
Saldo em 31/12/2024		138.481	(138.481)	-	-

Movimentação dos Saldos	Software
Saldo em 31/12/2024	-
Adições (+)	-
Baixas (-)	-
Amortização (-)	-
Saldo em 31/12/2025	-

11. Intangível de Concessão

Nestes tipos de contratos, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Na Porto do Recife S/A, o prazo acordado da concessão é de 25 anos, sendo este o prazo utilizado para o cálculo da amortização dos referidos direitos.

11.1 Intangíveis de Concessão Obras Realizadas Pela Concessionária

Descrição	Tempo de Concessão	Custo	Amortização Acumulada	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Defensas	25 anos	4.927.885	(4.824.759)	103.125	350.627
Instalações	25 anos	143.802.904	(14.328.512)	2.474.392	8.412.932
Pavimentações	25 anos	13.849.620	(13.849.620)	-	-
Intangível em Andamento		4.989.233	-	4.989.233	4.989.233
Saldo em 31/12/2025		167.569.642	(160.002.892)	7.566.750	13.752.791

Movimentação dos Saldos	Defensas	Instalações	Pavimentações	Intangível em Andamento	Total
Saldo em 31/12/2024	350.627	8.412.932	-	4.989.233	13.752.791
Adições (+)	-	-	-	-	-
Baixas (-)	-	-	-	-	-
Amortização (-)	(247.502)	(5.938.540)	-	-	(6.186.041)
Saldo em 31/12/2025	103.125	2.474.392	-	4.989.233	7.566.750

O intangível de concessão está composto pelos valores repassados pelo Governo do Estado de Pernambuco, acionista controlador, e pela União, ambos com a finalidade de custear obras contratadas pela Porto do Recife S/A.



PORTO do RECIFE S.A.



11.2 Intangíveis de Concessão - Bens Imóveis da Concedente (União)

Bens da União - Operação

Descrição	Tempo de Concessão	Custo	Amortização Acumulada	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Infraestrutura Acostagem					
Berço e Cais	25 anos	696.324.982	-	696.324.982	-
Infraestrutura Terrestre					
Gates	25 anos	96.826	-	96.826	-
Terminal Marítimo	25 anos	5.438.838	-	5.438.838	-
Outras Infraestrutura Terrestre	25 anos	98.514	-	98.514	-
Armazenagem					
Pátios	25 anos	124.505	-	124.505	-
Armazéns	25 anos	24.984.516	-	24.984.516	-
Tancagem	25 anos	3.253.549	-	3.253.549	-
Silo	25 anos	12.130.167	-	12.130.167	-
Saldo em 31/12/2025		742.451.898	-	742.451.898	-

Movimentação dos Saldos	Infraestrutura Acostagem	Infraestrutura Terrestre	Armazenagem	Total
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-
Adições (+)	696.324.982	5.634.178	40.492.737	742.451.898
Baixas (-)	-	-	-	-
Amortização (-)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	696.324.982	5.634.178	40.492.737	742.451.898

O intangível de concessão Bens da União – Operação, registram os itens de propriedade da União, que estão concedidos a Autoridade Portuária Porto do Recife S/A, para serem utilizadas nas suas atividades operacionais.

Bens da União - Administração

Descrição	Tempo de Concessão	Custo	Amortização Acumulada	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Terrenos					
Outros Terrenos	25 anos	1.019.907.214	-	1.019.907.214	-
Edifícios e Benfeitorias					
Outras Edifícios e Benfeitorias	25 anos	19.896.494	-	19.896.494	-
Saldo em 31/12/2025		1.039.803.708	-	1.039.803.708	-

Movimentação dos Saldos	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Total
Saldo em 31/12/2024	-	-	-
Adições (+)	1.019.907.214	19.896.494	1.039.803.708
Baixas (-)	-	-	-
Amortização (-)	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	1.019.907.214	19.896.494	1.039.803.708



PORTO do RECIFE S.A.



O intangível de concessão Bens da União – Administração, registram os itens de propriedade da União, que estão concedidos a Autoridade Portuária Porto do Recife S/A, para serem utilizadas nas suas atividades administrativas.

Bens da União – Terceiros

Descrição	Tempo de Concessão	Custo	Amortização Acumulada	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Terrenos					
Outros Terrenos	25 anos	-	-	-	-
Edifícios e Benfeitorias					
Outras Edifícios e Benfeitorias	25 anos	169.651.548	-	169.651.548	-
Saldo em 31/12/2025		169.651.548	-	169.651.548	-

Movimentação dos Saldos	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Total
Saldo em 31/12/2024	-	-	-
Adições (+)	-	169.651.548	169.651.548
Baixas (-)	-	-	-
Amortização (-)	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	169.651.548	169.651.548

O intangível de concessão Bens da União – Terceiros, registram os itens de propriedade da União, que estão concedidos a Autoridade Portuária Porto do Recife S/A, e que foram subcontratados ou alugados a terceiros.

Os Bens Imóveis pertencentes a União foram incorporados na contabilidade no exercício de 2025, após conclusão do levantamento patrimonial, com a composição dos bens em 31/12/2025.

12. Fornecedores

Os saldos demonstrados abaixo estão representados por obrigações com fornecedores diversos, provisionados pela transferência da propriedade das aquisições:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	5.412.009	5.265.652
Circulante	1.064.556	918.199
Não Circulante	4.347.453	4.347.453

Desde o exercício de 2015, a Administração da Porto do Recife S/A decidiu transferir parte dos saldos até então mantidos no passivo circulante para o passivo não circulante em função de não haver previsão para a liquidação dos referidos valores a curto prazo. Os saldos estão em cobrança administrativas e/ou judiciais, no entanto, sem prazo acordado para pagamento.



PORTO do RECIFE S.A.



No exercício de 2025, foi mantida os saldos dos credores, não sofrendo grandes variações a pagar, devido a manutenção dos pagamentos dos fornecedores em dia, ficando apenas saldos com vencimentos no exercício subsequente ou aguardando decisão judicial.

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Obrigações trabalhistas e previdenciárias	31/12/2025	31/12/2024
Ordenados e salários a pagar	38.887	45.914
Provisões de férias e encargos	1.475.825	1.186.212
INSS	254.463	201.090
FGTS	78.537	83.498
PORTUS	1.893.881	1.263.283
Outros	9.665,40	2.975
Total	3.751.259	2.782.972

No exercício de 2025, o saldo do grupo sofreu uma variação aumentativa de aproximadamente de 35% comparado ao exercício de 2024, esse aumento tem como principal causa, o acordo realizado junto a PORTUS.

Em março do exercício de 2025, após tratativas conduzidas sob mediação judicial Junto a PORTUS, as partes pactuaram o pagamento de um montante total de R\$ 20.165.009,60 (vinte milhões cento e sessenta e cinco mil, nove reais e sessenta centavos) a ser quitado em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporada a taxa de juros mensal equivalente à taxa de 4,71%, e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC sobre saldo devedor, o vencimento da primeira parcela se deu no dia 17 de abril de 2025, mês subsequente a homologação do acordo e as demais, no dia 17 dos meses subsequentes, até o término do período de quitação do débito.

14. Obrigações Fiscais a Recolher

Correspondem aos saldos de tributos próprios, retidos de terceiros, outros impostos e taxas e multas por infrações. Nos saldos apresentados em 31/12/2025, não existia valores vencidos de obrigações tributárias.

Obrigações Fiscais a Recolher	31/12/2025	31/12/2024
PIS	99.821	93.300
COFINS	460.851	430.322
ISS – Próprio e Retido na Fonte	230.614	131.899
Tributos Federais Retidos na Fonte	306.460	234.955
Outros Tributos e Taxas	162.776	-
Total	1.260.522	890.475



PORTO do RECIFE S.A.



15. Outras Obrigações de Longo Prazo

15.1 PORTUS Instituto de Seguridade Social

O saldo em 31/12/2024 de R\$ 1.020.434 se refere ao montante das contribuições patronais ao plano de benefícios PORTUS a pagar junto a PORTUS — Instituto de Seguridade Social (valores são parte dos débitos relativos aos anos de 2011 a 2014).

Os valores contabilizados estão contemplados no Termo de Composição e Ajuste da Dívida entre a PORTUS e a Porto do Recife S/A. assinado em 21/03/2025, sendo os valores devidos transferidos para conta de débitos previdenciários parcelados, compondo o saldo do parcelamento.

15.2 Obrigações com o poder concedente

O Porto foi estruturado a partir de instituições anteriores, e que em junho de 2021, foi assinado um Convênio de Delegação (Convênio nº 02/2001) entre a União Federativa do Brasil (representada pelo Ministério dos Transportes, com a interveniência da Companhia Docas do Rio Grande do Norte — CODERN) e o Governo do Estado de Pernambuco, com a interveniência da Sociedade de Economia Mista Porto do Recife S/A). O referido convênio teve por objetivo a administração e exploração do Porto Organizado de Recife, nos termos da Lei nº 9.277 de 06 de junho de 1977.

Este ato caracteriza o surgimento de um contrato de concessão entre a União Federativa do Brasil (poder concedente) e o Porto do Recife S/A (cessionário). Uma característica desse tipo de contrato de prestação de serviços é sua natureza de serviço público, que fica sob a responsabilidade do concessionário. Outras características comuns a estes contratos são: (a) a parte que concede o contrato de prestação de serviços (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para a qual foi delegado o serviço; (b) o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente; (c) o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência desse contrato de prestação de serviços, ou determina a forma de cálculo para definição do preço; (d) o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao concedente ao final do contrato em determinadas condições previamente especificadas, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

Nestes tipos de contratos, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Consequente, o Porto do Recife S/A, não tem Bens Imóveis Próprios, sendo todos os bens utilizados cedidos pela união, conforme Convênio de Delegação (Convênio nº 02/2001).

Os Bens Imóveis pertencentes a União foram incorporados na contabilidade no exercício de 2025, após conclusão do levantamento patrimonial, com a composição dos bens em 31/12/2025.



PORTO do RECIFE S.A.



Em contrapartida, foi contabilizada a obrigação junto a concedente das seguintes informações:

Descrição	RECONHECIDO	
	Qtde	Valor
1.02.03.07 Bens da União - Operação		R\$ 742.451.898
1.02.03.07.02 Infraestrutura Acostagem		R\$ 696.324.982
1.02.03.07.02.001 Berço e Cais	4	R\$ 696.324.982
1.02.03.07.03 Infraestrutura Terrestre		R\$ 5.634.178
1.02.03.07.03.001 Gates	1	R\$ 96.826
1.02.03.07.03.005 Terminal Marítimo	2	R\$ 5.438.838
1.02.03.07.03.999 Outras Infraestrutura Terrestre	2	R\$ 98.514
1.02.03.07.04 Armazenagem		R\$ 40.492.737
1.02.03.07.04.001 Pátios	1	R\$ 124.505
1.02.03.07.04.002 Armazéns	5	R\$ 24.984.516
1.02.03.07.04.003 Tancagem	1	R\$ 3.253.549
1.02.03.07.04.004 Silo	1	R\$ 12.130.167
1.02.03.10 Bens da União - Administração		R\$ 1.039.803.708
1.02.03.10.01 Terrenos		R\$ 1.019.907.214
1.02.03.10.01.999 Outros Terrenos	1	R\$ 1.019.907.214
1.02.03.10.02 Edifícios e Benfeitorias		R\$ 19.896.494
1.02.03.10.02.999 Outras Edifícios e Benfeitorias	24	R\$ 19.896.494
1.02.03.13 Bens da União - Terceiros		R\$ 169.651.548
1.02.03.13.01 Terrenos		R\$ -
1.02.03.13.01.999 Outros Terrenos		R\$ -
1.02.03.13.02 Edifícios e Benfeitorias		R\$ 169.651.548
1.02.03.13.02.999 Outras Edifícios e Benfeitorias	26	R\$ 169.651.548
TOTAIS EM 31/12/2025	68	R\$ 1.951.907.154

16. Débitos Fiscais e Previdenciários

16.1 Parcelamento PORTUS PBP1 Equacionamento do Resultado Deficitário

No exercício de 2024, foi reconhecido o termo de compromisso financeiro assinado junto a PORTUS – Instituto de Seguridade Social, para equacionar o resultado deficitário do PBP1 – Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1.

O plano havia sido assinado em 2020, no entanto as parcelas pagas foram contabilizadas no ativo, até o exercício de 2023, uma vez, que a informação dada pela direção à época, foi que os valores pagos, poderiam tentar a compensação junto aos débitos com a PORTUS. No exercício de 2024, foi informado pelo jurídico da empresa, uma proposta de negociação junto a PORTUS em andamento, onde a empresa receberia descontos relevantes sobre os débitos em cobrança, mas o valor desse acordo financeiro continuaria normal e não haverias desconto dos valores já recolhidos.

Os valores contabilizados estão contemplados no Termo de Composição e Ajuste da Dívida entre a PORTUS e a Porto do Recife S/A. assinado em 21/03/2025, sendo os valores devidos transferidos para conta de débitos previdenciários parcelados, compondo o saldo do parcelamento.

	31/12/2025.	31/12/2024.
Termo Compromisso Financeiro PBP1 Equalização do Resultado Deficitário	-	5.522.635
Circulante	-	538.794
Não Circulante	-	4.983.841



PORTO do RECIFE S.A.



16.2 Parcelamento PORTUS - Termo de Composição de Dívida – TCD

Os processos judiciais que originaram o presente acordo tramitam na 0078688-32.2004.8.19.0001 - 45ª VARA CÍVEL RJ; 0373541-63.2015.8.19.0001 - 47ª VARA CÍVEL RJ; 0110864-64.2004.8.19.0001 - 19ª VARA CÍVEL RJ; 0280882-30.2018.8.19.0001 - 31ª VARA CÍVEL RJ; 0064929-05.2021.8.19.0001 - 19ª VARA CÍVEL RJCONTRIBUIÇÕES; 0317434-38.2011.8.19.0001 e 0506373-93.2015.4.02.5101 17ª VARA FEDERAL RJ e referem-se ao descumprimento de contribuições previstas no Regulamento do Plano de Benefícios Portus, acumuladas ao longo dos anos anteriores à atual gestão.

Após tratativas conduzidas sob mediação judicial, as partes pactuaram o pagamento de um montante total de R\$ 20.165.009,60 (vinte milhões cento e sessenta e cinco mil, nove reais e sessenta centavos) a ser quitado em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporada a taxa de juros mensal equivalente à taxa de 4,71%, e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumido INPC sobre saldo devedor, o vencimento da primeira parcela se deu em 17 abril de 2025, mês subsequente a homologação do acordo que ocorreu em março de 2025 e as demais, no dia 17 dos meses subsequentes, até o término do período de quitação do débito.

Após a assinatura do acordo e início dos pagamentos das parcelas, foi observado que a data base da proposta de R\$ 20.165.009,60 (vinte milhões cento e sessenta e cinco mil, nove reais e sessenta centavos), foi de uma proposta realizada em abril/2024, sendo dada correção do valor de 01/04/2025 até o início dos pagamentos dos valores que foi em 17/04/2025. O valor Inicial atualizado no início dos pagamentos era de R\$ 21.506.007,10.

	31/12/2025	31/12/2024
Termo Compromisso Financeiro PBP1 Equalização do Resultado Deficitário	20.866.626	-
Circulante	1.841.173	-
Não Circulante	19.025.453	-

17. Contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2024	327.431	-	327.431
Adições (+)	409.470	12.987.109	327.432
Baixas (-)	(327.431)	(12.450.892)	(9.223.317)
Saldo em 31/12/2025	409.470	536.218	945.688

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões de Natureza Trabalhista	409.470	327.431
Provisões de Natureza Cível	536.218	-
Saldo em 31/12/2025	945.688	327.431
Circulante	-	-
Não Circulante	945.688	327.431



PORTO do RECIFE S.A.



As Provisões são compostas por processos cíveis e trabalhistas. A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, optou por reconhecer as contingências julgadas como suficientes para cobrir àquelas contingências classificadas por seus assessores com o prognóstico de perda, sobre os processos atualmente em andamento, como "provável", conforme saldos acima apresentados.

A administração decidiu contabilizar todos os processos com prognóstico de provável pelo valor atualizado e pelo custo histórico quando não for possível apresentar o valor atualizado. Não foram contabilizados os processos que já apresentavam um passivo contabilizado.

Em 31/12/2025 a empresa apresentava 22 processos trabalhistas, destes estavam com as seguintes classificações; remoto 5 processos, possível 8 processos e provável 9 processos. Para a posição dos processos cíveis havia 39 processos, classificados das seguintes formas; remoto 22 processos e possível 15 processos e provável 2 processos.

Cumprir destacar que a revisão da classificação das contingências reflete ajuste técnico metodologicamente necessário, decorrente da evolução recente do ambiente jurisprudencial, notadamente; maior previsibilidade decisória nas instâncias ordinárias; consolidação progressiva da técnica de precedentes vinculantes; e persistência de zonas de sensibilidade interpretativa nos Tribunais Superiores em matérias administrativas e regulatórias estruturais.

18. Operações de Convênios

No exercício de 2022 a empresa recebeu recursos no valor de R\$ 28.284.751,67 (vinte oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), referente ao Termo de Compromisso 869/2019 para execução de obras de dragagem de manutenção, serviços de manutenção e serviços de supervisão a serem realizados no Porto Organizado de Recife, no Estado de Pernambuco. O termo de compromisso foi entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e o Estado de Pernambuco, sendo o Porto do Recife S/A a Unidade Interveniente Executora. Todo recurso recebido foi aplicado na obra e os valores prestado contas, aguardando aprovação da prestação de contas para incorporação da obra ao Patrimônio do Porto do Recife S/A.

O saldo dos valores encontra-se no passivo não circulante da seguinte forma:

Termo de Compromisso 869/2019	31/12/2025	31/12/2024
Recursos Recebidos (+)	28.284.752	28.284.752
Recursos Aplicados (-)	(27.439.741)	(27.439.741)
Devolução de Recurso (-)	(845.011)	(845.011)
Saldo em 31/12/2025	-	-

Todo recurso foi recebido e aplicado no exercício de 2022, e após a prestação de contas ser aprovada, os valores recebidos serão incorporados ao Capital Social da empresa e o valor aplicado ao Patrimônio da empresa.

Até autorização da montagem das demonstrações, a prestação de contas ainda não havia sido analisada.



PORTO do RECIFE S.A.



19. Outras Obrigações e Contas a Pagar

Outras Obrigações e Contas a Pagar	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Pagar	95.458	1.375.276
Caução e Garantias de Contratos	59.610	59.610
Receitas Antecipadas	1.009.453	917.295
Convênio de Cooperação Técnica	426.093	114.615
Outras Obrigações	79.805	54.316
Total	1.670.420	2.521.112
Circulante	1.244.327	2.406.497
Não Circulante	426.093	114.615

Contas a Pagar: saldo refere-se as contas a pagar de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefone, a variação diminutiva se deu devido a pagamento através de acordo das faturas em aberto junto a COMPESA, referente consumo Água e Esgoto.

Caução e Garantias de Contratos: valores se referem a cauções e retenções contratuais de fornecedores antigos, que já não tem contrato ativo na empresa, mas que até 31/12/2025 não haviam solicitado a devolução dos recursos.

Receitas Antecipadas: valores recebidos a título de adiantamento de clientes para futuro faturamento. Algumas tabelas de cobrança da atividade portuária exigem a antecipação de valores para realização dos serviços, desta forma é comum haver saldo de adiantamento dos valores junto a clientes.

Convênio de Cooperação Técnica: esse saldo representado por contratos de convênio de cooperação técnica de pessoal, onde existe a cessão de pessoal de repartições ou órgãos do Município, Estado ou União para o Porto do Recife S/A.

Outras Obrigações: valores recebidos em exercícios anteriores e no exercício de 2025 que ainda falta identificação para contabilização correta das informações.

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O capital social autorizado em 31/12/2025 limite de aumento de até R\$ 320.000.000 (trezentos e vinte milhões de reais).

O capital social subscrito e integralizado em dezembro de 2025 é de R\$ 217.082.946 (duzentos e dezessete milhões, oitenta e dois mil e novecentos e quarenta e seis reais) dividido em ações nominativas de valor nominal de R\$ 1,00, sendo 73.360.982 (setenta e três milhões, trezentos e sessenta mil e novecentos e oitenta e duas) ações ordinárias e 144.721.964 (cento e quarenta e quatro milhões, setecentos e vinte e uma mil, novecentos e sessenta e quatro) ações preferenciais. O Governo do Estado de Pernambuco é o acionista controlador possuidor de 99,9999% das ações ordinárias e das ações preferenciais da Sociedade.



PORTO do RECIFE S.A.



20.2 Reservas de Capital

Não foram recebidos recurso no exercício de 2025 para futuro aumento de capital, mantendo a reserva sem movimento.

20.3 Reserva de lucros

Reserva de incentivos Fiscais

O saldo de R\$ 35.345.671 refere-se a valores repassados pela União com a finalidade de custear obras contratadas pelo Porto do Recife S/A, sob o formato de subvenções para investimento.

20.4 Lucros ou Prejuízos Acumulados

Está composto pelos resultados acumulados de exercícios anteriores ajustados, acrescidos ou deduzidos do resultado do exercício corrente.

O resultado do exercício de 2025, correspondente a um lucro no montante de R\$ 5.195.683, composto principalmente pelo aumento no faturamento com prospecção de novos negócios, que geraram um resultado positivo, mesmo com o aumento das despesas com manutenção e investimento na empresa.

20.4.1 Ajuste de Exercício Anteriores

Os valores referem-se à mudança de política contábil de exercícios anteriores, após encerramento do exercício de 2024 e assinatura do Termo de Composição de Dívida – TCD junto a PORTUS, foi detectado que os valores consolidados no acordo, se referiam a proposta realizada em abr/2024, conforme cláusula segunda do termo. Desta forma, os valores e documentação foram revisadas pela auditoria externa e nos informado que a reversão da provisão para contingência realizada no exercício de 2024 não deveria ter sido baixada e sim ser realizada uma provisão complementar, uma vez que o acordo já estava encaminhado e a mudança de provável para possível, não deveria ter mudado e sim apenas mudar o valor provável da perda. Esse entendimento foi após o recebimento do acordo assinado, momento esse que as demonstrações de 2024 já estavam finalizadas.

Conforme recomendação, foram realizados os lançamentos para ajuste de exercícios anteriores das seguintes situações; Cancelamento da reversão da provisão realizada em 2024; Baixa de crédito contabilizado no ativo junto a PORTUS não reconhecida no acordo; Correção dos valores de abr/2024 a dez/2024 da proposta realizada.

Seguindo orientação a CPC – 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para não distorcer o resultado do período corrente, os valores foram lançados contra a conta de ajuste de exercícios anteriores, para ser computado junto a conta de lucros/prejuízos acumulados. Não foi realizada provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, uma vez que os valores não reverterem o prejuízo dos períodos em questão.



PORTO do RECIFE S.A.



21. Plano de Pensão

O Porto do Recife S/A, é patrocinado, juntamente com outras companhias do sistema Portuário Nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de riscos a funcionários (Plano de Benefícios Portus 1 — PBPI), através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sujeita às normas expedidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da previdência social. Os benefícios pagos pelo PORTUS são reajustados anualmente pela variação do INPC.

De acordo com a resposta do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, evidenciada em sua correspondência Carta Interv — Coratu n^o006.001526.2015-0, datada de 29/07/2015, o cálculo da provisão atuarial, relativa a contribuição da Porto do Recife S/A ao referido plano de suplementação, é realizado por atuários contratados pelo PORTUS e segue o disposto nos normativos da PREVIC e do BACEN, sendo calculado com base no método "agregado", o qual possuem critérios de mensuração divergentes e difere do método requeridos pelas IFRS, correspondente ao método do "Crédito Unitário Projetado".

Em decorrência do Convênio de Delegação n^o02/2001, datado de 31.05.2001, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, com a interveniência da CODERN — Companhia Docas do Rio Grande do Norte e o Estado de Pernambuco, com a interveniência da sociedade de economia mista Porto do Recife S/A, a Porto do Recife S/A assumiu a obrigação para com o passivo atuário do Plano acima citado relativo, exclusivamente, aos valores dos colaboradores oriundos da sua antecessora e daqueles que, posteriormente, ingressaram no quadro de colaboradores da Porto do Recife S/A. Apesar da restrição da referida obrigação advinda do Convênio de Delegação, o PORTUS vem informando a parcela do passivo atuário do citado Plano, correspondente a responsabilidade da Porto do Recife S/A, como sendo o montante relativo a todos os colaboradores que atuavam, sob a responsabilidade da CODERN, nas operações do Porto Organizado do Recife. Como consequência, a Porto do Recife S/A ingressou com um questionamento na esfera judicial, cujo objeto é o questionamento da base de cálculo que o PORTUS vem adotando para atribuir a parcela do passivo atuarial do PBPI à Porto do Recife S/A.

Em função da indisponibilidade dos recursos necessários à contratação dos serviços atuariais necessários ao cálculo da provisão atuarial de acordo com os critérios de mensuração dispostos nas IFRS, e diante da discussão, na esfera jurídica, sobre o real montante da contribuição e respectiva provisão atuarial devida pela Porto do Recife S/A ao citado plano de suplementação gerido pelo PORTUS, a Administração da empresa concluiu pela viabilidade de contabilização do valor histórico da ação devido a não mensuração segura da citada provisão atuarial de acordo com o disposto nas IFRS.



PORTO do RECIFE S.A.



No encerramento do exercício de 2024 foi repassado pela assessoria jurídica do Porto do Recife que estava sendo negociado todos os débitos junto a PORTUS em um único acordo, e que as negociações já estavam em fase final. Desta forma os processos não estavam mais com prognóstico de provável e foi alterado para possível, uma vez que o montante atualizado dos processos era de R\$ 181.878.496, (cento e oitenta e um milhões, oitocentos e setenta e oito mil e quatrocentos e noventa e seis reais) e a negociação estava em aproximadamente R\$ 14.500.000 (quatorze milhões e quinhentos mil).

Como a negociação não havia sido assinada em 2024 e até a data de 13 de fevereiro 2025, não havia sido acordado valores concretos, com base na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - considerando que a obrigação é presente e resulta de eventos passados, seu valor não conseguia ser mensurado com confiança na data supracitada, não sendo, portanto, considerado o valor proposto para acordo em 2024, pois os valores poderiam sofrer alterações.

No exercício de 2025 após a assinatura do Termo de Composição de Dívida – TCD, foi verificado na clausula segunda do termo, que os valores se referiam a proposta realizada em 2024 e que nesse momento deveria ter sido realizada a provisão para contingência dos valores não contabilizados para fechar com o saldo da proposta no exercício de 2024.

Em 2025 foi contabilizada a negociação Termo de Composição de Dívida – TCD, estando atualmente com todos os débitos junto a PORTUS contabilizados no passivo da empresa, conforme Nota Explicativa 16.2

22. Instrumentos Financeiros

O Porto do Recife S/A efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa: Estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivalem ao seu valor contábil. As aplicações financeiras, incluídas no grupo de contas disponibilidades, são classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

(b) Clientes: Decorrem diretamente das operações do Porto do Recife S/A., são classificados como empréstimos e recebíveis, sujeitos a provisão para perdas.

(c) Fornecedores: Decorrem, principalmente, de transações realizadas com terceiros para aquisição de equipamentos, peças e serviços, com preços praticados a valor de mercado.

O Porto do Recife S/A. não possui operações de hedge, swap ou quaisquer operações envolvendo derivativos.



PORTO do RECIFE S.A.



23. Receita Líquida

	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	56.314.729	48.114.754
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	7.283.521	7.585.183
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	2.398.262	2.127.326
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	7.498.118	8.457.972
Receitas de Armazenagem	18.721.368	13.089.818
Receitas por Diversos Padronizados	1.578.068	2.229.887
Receitas com Contratos de Arrendamento	15.931.620	11.829.210
Receitas - Patrimoniais Dentro da Área do Porto Organizado	2.903.772	2.795.358
Deduções da receita bruta	(6.334.239)	(5.254.771)
(-) Descontos Incondicionais e Vendas Canceladas	-	-
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas	(6.334.239)	(5.254.771)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	49.980.490	42.859.984

As receitas operacionais brutas apresentaram em 2025 uma variação aumentativa de aproximadamente 17%, comparada com a de 2024. Esse faturamento foi o maior nos últimos 10 anos e teve como principais motivos a prospecção de novos negócios nas áreas de arrendamento e armazenagem.

As deduções da receita bruta de serviços contemplam os impostos referente ao ISS, PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento e os descontos/abatimentos incondicionais e cancelamentos das vendas.

24. Custos dos Serviços Prestados

CUSTOS DO SERVIÇO	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e Encargos	7.382.548	6.316.930
Material Aplicado	-	27.234
Serviços Prestados por Terceiros	1.936.186	1.700.058
Depreciação/Amortização	6.191.005	12.672.399
TOTAL	15.509.739	20.716.620

Os custos registram os valores gastos com remuneração e encargos do pessoal da operação e manutenção, bem como os gastos considerados como insumos, tais como; energia elétrica, material de consumo, manutenção de bens e instalações da operação, locação de mão-de-obra para operação e manutenção, impostos e taxas, depreciação, entre outros.

A empresa ainda está ajustando sua política de critérios de reconhecimento dos custos para atender a contabilidade regulatória, ainda não foi definido pela administração qual critério vai ser utilizado para o reconhecimento.



PORTO do RECIFE S.A.



25. Despesas Gerais e Administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	11.131.696	14.184.096
Consumo de Materiais	542.466	316.731
Serviços de Terceiros	13.126.102	7.615.525
Impostos e Taxas	242.131	1.848.309
Depreciação	65.614	81.088
Demais Despesas Gerais	16.030.230	3.612.957
TOTAL	41.138.240	27.658.706

As despesas gerais e administrativas registram os valores gastos com remuneração e encargos do pessoal da administração, energia elétrica, telefonia, material de consumo, expediente, manutenção de bens e instalações, locação de mão-de-obra administrativo, impostos e taxas, depreciação, entre outros.

A variação aumentativa de aproximadamente 49% teve como principal motivo o reconhecimento do Termo de Composição de Dívida – TCD junto a PORTUS conforme destacado na Nota Explicativa 16.2, que gerou um aumento na conta de Demais Despesas Gerais. Outra variação relevante foi os honorários advocatícios pagos sobre a mediação no Termo de Composição de Dívida – TCD junto a PORTUS, que gerou um aumento na Despesa com Serviços de Terceiros.

A variação aumentativa de aproximadamente 72% no grupo de Serviços Prestados, foi devido honorários advocatícios pagos sobre Termo de Composição de Dívida – TCD junto a PORTUS, necessidade de contratação de empresa para fazer manutenção e requalificação da área portuária e contratação de empresa para contratação de pessoal para apoio administrativo.

Quanto ao reconhecimento dos custos e despesas para atender a contabilidade regulatória, ainda não foi definido pela administração qual critério vai ser utilizado para o reconhecimento.

26. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LIQUIDAS	31/12/2025	31/12/2024
Créditos tributários	874.347	573.201
Líquido Provisões para Contingências / Reversão	11.832.635	8.895.886
Outras Receitas	30.120	4.713.677
Outras Despesas	(519.118)	(838.452)
TOTAL	12.217.984	13.344.312

Créditos Tributários: receitas de créditos na apuração de PIS e COFINS.

Líquido Provisões para Contingências / Reversão: valor líquido de provisão para contingência e reversão da provisão para contingências dos processos cíveis e trabalhista



PORTO do RECIFE S.A.



Outras Receitas: valores relativos a receita de reembolso ou ressarcimento de despesas, recuperação de despesas de exercício anterior, recuperação de depósito judicial, multas administrativas, e reembolso de honorários advocatícios

Outras Despesas: despesa composta por Provisão para Devedores de Liquidação Duvidosa, baixas de ativos não recuperáveis.

A variação aumentativa teve como principal motivo a reversão da provisão para contingência e a variação diminutiva a redução de outras receitas. As duas situações interferem diretamente no resultado, mas não ocorrem sempre, por isso das variações tão significativas.

27. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	1.578.770	855.635
Despesas financeiras	(1.933.582)	(2.423.652)
TOTAL	(354.812)	(1.568.017)

Receita financeira: apresentou uma variação aumentativa, devido aos rendimentos das aplicações financeiras e descontos recebidos através de negociações realizadas pela gestão.

Despesa financeira: correspondem a juros e encargos financeiros sobre obrigações atrasadas e atualizações financeiras de acordo junto a PORTUS que sofre correção mensal.

28. Resultado Não Operacional

No exercício de 2025 empresa não apresentou resultado não operacional.

29. Lucro do Exercício

Lucro do Exercício	31/12/2025	31/12/2024
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	5.195.683	6.260.953
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social		-
LUCRO DO EXERCÍCIO	5.195.683	6.260.953

No exercício de 2025, o Porto do Recife S/A apresentou um resultado positivo no valor de R\$ 5.195.683 (cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais), devido principalmente ao aumento de arrecadação com prospecção de novos negócios.

Sendo a empresa tributada pelo lucro real e na apuração para IRPJ e CSLL, a base de cálculo foi negativada, não realizando a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.



PORTO do RECIFE S.A.



30. Nota de Fato Relevante

Acordo com a Entidade de Previdência Complementar Portus

O Porto do Recife S.A. celebrou com o Portus – Instituto de Seguridade Social, no exercício de 2025, Termo de Conciliação nº 0001/2025/CCAF/AGU (NUP: 00688.001204/2022-08), no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal – CCAF/CGU/AGU acordo encerrando os conflitos relacionados ao conjunto de ações judiciais constantes na cláusula segunda do supramencionado Termo de Conciliação, com o objetivo de compor litígio judicial existente há anos envolvendo obrigações patronais pretéritas relativas ao plano de previdência complementar administrado pela referida entidade.

Os processos judiciais que originaram o presente acordo tramitam na 0078688-32.2004.8.19.0001 - 45ª VARA CÍVEL RJ; 0373541-63.2015.8.19.0001 - 47ª VARA CÍVEL RJ; 0110864-64.2004.8.19.0001 - 19ª VARA CÍVEL RJ; 0280882-30.2018.8.19.0001 - 31ª VARA CÍVEL RJ; 0064929-05.2021.8.19.0001 - 19ª VARA CÍVEL RJ CONTRIBUIÇÕES; 0317434-38.2011.8.19.0001 e 0506373-93.2015.4.02.5101 17ª VARA FEDERAL RJ e referem-se ao descumprimento de contribuições previstas no Regulamento do Plano de Benefícios Portus, acumuladas ao longo dos anos anteriores à atual gestão.

Após tratativas conduzidas sob mediação judicial, as partes pactuaram o pagamento de um montante total de R\$ 20.165.009,60 (vinte milhões cento e sessenta e cinco mil, nove reais e sessenta centavos) a ser quitado em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporada a taxa de juros mensal equivalente à taxa de 4,71%, e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumido INPC sobre saldo devedor, o vencimento da primeira parcela se deu em 17 de abril de 2025, mês subsequente a homologação do acordo e as demais, no dia 17 dos meses subsequentes, até o término do período de quitação do débito.

A homologação do acordo ocorreu em data de 17 de março de 2025, e assinatura em 21 de março de 2025, consoante cláusula vigésima segunda do Termo de Conciliação nº 0001/2025/CCAF/AGU (NUP: 00688.001204/2022-08) e COTA nº 00109/2025/CCAF/AGU, conferindo segurança jurídica às obrigações pactuadas.

O reconhecimento contábil do passivo foi realizado em 2025, no entanto foi lançada uma correção como ajuste de exercício anteriores nas provisões para contingências, com base na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, considerando que a obrigação é presente e resulta de eventos passados, sendo seu valor confiavelmente mensurável já em 2024, desta forma deveria ter sido realizada a contabilização da provisão e não a baixa dos valores provisionados, uma vez que a assinatura e homologação dos valores só aconteceram no exercício de 2025, mas a proposta do acordo foi de abril de 2024 e este valor se manteve, sendo apenas atualizado, esse fato só foi constatado após a administração ter realizado a autorização para conclusão das demonstrações em 2024, por essa razão foi realizado o Ajuste de Exercícios Anteriores.



PORTO do RECIFE S.A.



O impacto do referido acordo nas demonstrações contábeis foi registrado no passivo circulante e no não circulante, sob a rubrica “Encargos Sociais e Previdenciários – PORTUS - Termo de Compromisso de Dívida PR (TCD-PR)”, em consonância com os princípios de transparência e evidenciação contábil.

A administração esclarece que o acordo foi firmado no intuito de preservar a sustentabilidade econômico-financeira da empresa Porto do Recife S/A, reduzir riscos judiciais e garantir segurança previdenciária aos ex-empregados vinculados ao plano administrado pelo Portus.

31. Informação Complementar

Informações complementares de Interesse Público – Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso VI.

No exercício de 2025 o Porto do Recife S.A, não recebeu valores referente aporte de capital, do acionista Governo do Estado de Pernambuco, para investimento e modernização das instalações portuárias.

Todo recurso recebido foi oriundo das operações da empresa.

Recife, 31 de dezembro de 2025